





Programa - RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos

RELATÓRIO FINAL





RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos

RELATÓRIO FINAL

ÍNDICE

1.	Enq	uadramento3
2.	Avis	o "RecolhaBio"4
	2.1.	Objetivos4
	2	.1.1. Objetivo geral
	2	.1.2. Objetivos específicos4
	2.2.	Áreas Chave4
	2.3.	Âmbito Geográfico4
	2.4.	Beneficiários4
	2.5.	Dotação Financeira e Taxa de Cofinanciamento4
		lgação5
4.	Aval	iação e seleção das candidaturas5
	4.1.	Verificação da elegibilidade das candidaturas5
	4.2.	Avaliação do mérito das candidaturas6
	4.3.	Candidaturas aprovadas para financiamento
5.	Audi	iência Prévia8
6.	Con	siderações Finais10
۸n	ovo I	12





1. ENQUADRAMENTO

As políticas relativas à gestão de resíduos têm evoluído no sentido da gestão sustentável dos materiais, a fim de proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana, assegurar uma utilização prudente, eficiente e racional dos recursos naturais, reduzir a pressão sobre a capacidade regenerativa dos ecossistemas, promover os princípios da economia circular, reforçar a utilização da energia renovável, aumentar a eficiência energética, reduzir a dependência de recursos importados, proporcionar novas oportunidades económicas e contribuir para a competitividade a longo prazo.

Em 2018 foram revisitados alguns instrumentos da União Europeia em matéria de gestão de resíduos, através das Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850 e 2018/851, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018. Tendo em conta esta atualização do quadro jurídico da União Europeia no que respeita à matéria dos resíduos, foi necessário proceder à revisão dos diplomas em vigor, de forma a assegurar e concretizar a transposição das referidas Diretivas.

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, alterado pela Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto, aprova o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), o Regime Jurídico de Deposição de Resíduos em Aterro e altera o Regime de Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos.

São introduzidas normas relativas à prevenção da produção de resíduos, estipulando objetivos e metas de redução tanto ao nível da produção de resíduos urbanos, como medidas com vista à promoção da reutilização. São ainda inseridas medidas de prevenção de resíduos alimentares no contexto do combate ao desperdício alimentar, para além de uma meta de redução da deposição em aterro, sendo que os estados-membros devem procurar garantir que, a partir de 2030, os aterros não possam aceitar quaisquer resíduos com potencial de reciclagem ou outro tipo de valorização, nomeadamente resíduos urbanos.

Esta revisão introduziu, entre outras, a obrigatoriedade de proceder à separação e reciclagem na origem dos biorresíduos e de se implementarem redes de recolha seletiva de biorresíduos.

Os biorresíduos estão presentes sempre que preparamos alimentos para fazer uma refeição e quando deitamos fora os restos de comida, representando, em média, quase 37% do nosso caixote do "lixo comum". Estudos recentes têm vindo a demonstrar que quando os biorresíduos são recolhidos de forma seletiva, e são devidamente encaminhados para tratamento e valorização, podem ser geridos para aproveitar todo o potencial positivo, ambiental e económico. Assim, investir na prevenção e na recolha seletiva, contribui para vários objetivos, e não só no que diz respeito ao cumprimento de metas europeias de desvio ou de reciclagem.

Neste contexto, não só esta medida é um contributo importante para a ambição do país em termos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, e do Plano Nacional de Energia e Clima, mas é também central na futura Estratégia Nacional de Bioeconomia Circular, sem esquecer os impactes associados à criação de emprego. O salto quantitativo e qualitativo exigido pela recolha seletiva de biorresíduos, valorização e uso dos produtos gerados é um desafio substancial a desenvolver no curto prazo, mas com vários impactes positivos, diretos e indiretos:

- Redução de quantidades de resíduos depositadas em aterro por via indireta;
- Redução dos odores nos aterros;
- Melhoria da qualidade dos materiais triados nas linhas mecânicas;
- Produtos com alto valor acrescentado (composto, corretor orgânico, gás);
- Empregos verdes;
- Envolvimento da comunidade (compostagem doméstica e comunitária, agricultura familiar);
- Redução da importação de matérias primas para a agricultura;
- Melhoria da qualidade do solo (retenção de água, nutrientes, carbono).

Pese embora a implementação de medidas que promovam a prevenção, reciclagem e valorização de biorresíduos seja crucial para o desafio do cumprimento de metas e aumento da circularidade no contexto dos resíduos urbanos importa igualmente desviar de aterro outras frações com potencial de reciclagem e que ainda, em quantidades significativas, integram o mix dos resíduos atualmente depositados em aterro, como por exemplo embalagens de plástico, de papel/cartão e de metal, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e pilhas.

É neste enquadramento que se pretendem alavancar e apoiar projetos focados na recolha seletiva e desvio da deposição em aterro.

Neste contexto, o Fundo Ambiental estabelece-se como uma plataforma de financiamento no apoio de políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, financiando entidades, atividades ou projetos na área dos Resíduos e Economia Circular, entre outros, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 114/2021, de 15 de dezembro.





2. AVISO "RecolhaBio"

2.1. Objetivos

2.1.1. Objetivo geral

É um objetivo geral do presente regulamento estabelecer as condições das candidaturas que visem o financiamento de investimentos já realizados, a realizar ou a decorrer e que tenham um contributo positivo para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos, com particular ênfase nos biorresíduos, promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro.

2.1.2. Objetivos específicos

São objetivos específicos do Aviso, assegurar que os biorresíduos são separados e reciclados na origem, de modo a obter benefícios ambientais da sua valorização, evitando em paralelo os custos e impactos decorrentes da necessidade de eliminação deste tipo de resíduos. As soluções a implementar devem ter por objetivo:

- a) O aproveitamento dos biorresíduos produzidos pelo próprio produtor (compostagem doméstica);
- b) A disponibilização local de uma rede na fonte de receção de biorresíduos e distribuição do composto (compostagem comunitária, biocompostores descentralizados).

São objetivos específicos do presente regulamento, o financiamento de projetos ou de iniciativas que incidam no aumento da capacidade dos municípios, para assegurar o desvio na origem e a recolha seletiva de resíduos urbanos, com particular ênfase nos biorresíduos, devendo incluir infraestruturação e aquisição de equipamentos associados a esse serviço e, subsidiariamente, a sensibilização dos utilizadores para melhorar as suas práticas.

Pretende-se que no final, os municípios possam demonstrar o aumento que este apoio proporcionou na recolha de biorresíduos e/ ou no aumento das quantidades de resíduos recolhidos de forma seletiva.

2.2. Áreas Chave

São passíveis de apresentação de candidatura no âmbito do presente regulamento, os projetos que tenham como objetivo a realização de medidas ou ações destinadas a promover a redução da deposição de resíduos em aterro, atuando a montante na recolha de resíduos, e que prossigam os objetivos específicos do regulamento.

As tipologias de investimentos e projetos elegíveis são as seguintes:

- a) Projetos para recolha seletiva de biorresíduos, nomeadamente ao nível da contentorização e tecnologias de informação e comunicação, que contribuam para a meta de preparação para reutilização e reciclagem e consequente desvio de aterro, incluindo viaturas de recolha.
- b) Projetos de compostagem comunitária ou doméstica, incluindo instalações e/ou equipamentos ambientalmente adequados, que contribuam para as metas e desvios referidos.
- c) Projetos que assegurem o desenvolvimento de mecanismos de monitorização e obtenção de informação que possibilite o apoio à gestão da recolha seletiva, separação e desvio na origem de biorresíduos.
- d) Subsidiariamente aos pontos anteriores, iniciativas e atividades de sensibilização e de capacitação que contribuam para a adequada separação, para a divulgação da localização dos equipamentos, para a correta utilização dos equipamentos e para a utilização do composto resultante do desvio e reciclagem na origem dos biorresíduos, no âmbito dos objetivos indicados no ponto 1.2.

2.3. Âmbito Geográfico

São elegíveis as candidaturas efetuadas relativas a projetos ou investimentos desenvolvidos em municípios integrados na Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, localizada em Portugal Continental.

2.4. Beneficiários

Constituem-se como beneficiários elegíveis os municípios, empresas municipais e intermunicipais que desenvolvam a sua atividade na Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

2.5. Dotação Financeira e Taxa de Cofinanciamento

A dotação máxima afeta ao presente regulamento é de 955 647,85 € (novecentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), para os municípios que integrem a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

A taxa máxima de apoio é de até 100%, incidindo sobre o total das despesas elegíveis, com financiamento limitado a 200.000,00 Euros por projeto.

A forma do apoio a conceder, às candidaturas a aprovar no âmbito do presente regulamento, reveste a natureza de





subvenções não reembolsáveis, na modalidade de reembolso dos custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

Os projetos que já tenham sido anteriormente objeto de financiamento público, nacional ou comunitário, apenas podem ser cofinanciados na parte ou percentagem não apoiada, de forma a que não exista duplo financiamento.

3. DIVULGAÇÃO

O Fundo Ambiental e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo asseguram a comunicação, promoção e divulgação pública do Programa "RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos".

O Regulamento do programa RecolhaBio - Apoio à Implementação de projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos, no âmbito do qual, a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) foi designada como Organismo Intermédio, foi divulgado na Plataforma do Fundo Ambiental em www.fundoambiental.pt., na área da CIM;

O referido Regulamento também foi enviado por email, a todos os municípios associados da CIMBAL.

A CIMBAL promoveu ainda uma apresentação online do Regulamento, no dia 23 de setembro de 2022, a todos os seus municípios associados, bem como também às entidades gestoras responsáveis pelo tratamento e valorização de resíduos no território (RESIALENTEJO/ AMBILITAL e AMCAL), que colaboram nesta estratégia com os municípios.

4. AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

4.1. Verificação da elegibilidade das candidaturas

As candidaturas foram recebidas através da página eletrónica do Fundo Ambiental em www.fundoambiental.pt até às 23:59 horas do dia 31 de outubro de 2022. Neste período foram submetidas na plataforma do Fundo Ambiental, 12 (doze) candidaturas.

Terminado o prazo de submissão, iniciou-se o processo de verificação da boa instrução das candidaturas e do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários pela Comissão de Avaliação,

Verificou-se que as doze candidaturas cumpriram os critérios de elegibilidade dos beneficiários, após pedidos de esclarecimentos, tendo sido consideradas para avaliação, posteriormente elaborou-se uma lista, ordenada por número de candidatura, com as candidaturas admitidas conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Listagem de candidaturas elegíveis

Número	Data de submissão	Hora de submissão	Designação da Entidade	NIF / NIPC	Admissão
5	2022-10-17	17:03	Município de Ourique	506876330	Admitida
21	2022-10-27	10:40	Município de Aljustrel	501122486	Admitida
22	2022-10-27	11:18	Câmara Municipal de Moura	502174153	Admitida
26	2022-10-27	15:10	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	501227490	Admitida
53	2022-10-28	13:01	Município de Almodôvar	506816184	Admitida
54	2022-10-28	13:54	Município de Vidigueira	501143734	Admitida
67	2022-10-28	15:41	Município de Cuba	500832935	Admitida
107	2022-10-31	09:34	Município de Serpa	501112049	Admitida
146	2022-10-31	15:25	Município de Castro Verde	501135960	Admitida
172	2022-10-31	16:56	Município de Alvito	501288120	Admitida
196	2022-10-31	19:35	Câmara Municipal de Beja	504884620	Admitida
198	2022-10-31	19:53	Camara Municipal de Mértola	503279765	Admitida





4.2. Avaliação do mérito das candidaturas

Após a admissão das candidaturas, iniciou-se o processo de avaliação, seguindo-se o referencial de análise de mérito das candidaturas do Anexo I do Regulamento do Programa RecolhaBio - Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos e apenso ao presente relatório.

Tabela 2 - Listagem das candidaturas com a pontuação global de mérito

Número	NIF / NIPC	Designação da Entidade	Pontuação Global
5	506876330	Município de Ourique	3,88
21	501122486	Município de Aljustrel	3,53
22	502174153	Câmara Municipal de Moura	3,76
26	501227490	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	3,25
53	506816184	Município de Almodôvar	4,11
54	501143734	Município de Vidigueira	3,53
67	500832935	Município de Cuba	3,53
107	501112049	Município de Serpa	3,96
146	501135960	Município de Castro Verde	3,75
172	501288120	Município de Alvito	3,53
196	504884620	Câmara Municipal de Beja	3,00
198	503279765	Camara Municipal de Mértola	3,89

De acordo com o Ponto 12.9 do Regulamento do Programa, são elegíveis para a atribuição do financiamento as candidaturas cujo valor da Pontuação Global (PG) seja igual ou superior a 3.

Em caso de empate, de acordo com ponto 12.12 do Regulamento, serão considerados, consecutivamente, os critérios de candidatura com maior pontuação no critério A - Convergência com os objetivos do Programa, D - Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta, C - Plano de implementação do projeto e, por último, B - Inovação e Criatividade (conforme Anexo I do regulamento), seguido da data e hora de submissão da candidatura.

Na sequência da avaliação realizada pela Comissão de Avaliação da CIMBAL, e para efeitos de aprovação para financiamento público, as candidaturas foram ordenadas conforme a pontuação Global, tendo-se obtido a ordenação que se encontra na Tabela 3.

Tabela 3 – Listagem das candidaturas elegíveis, ordenada pela pontuação global de mérito

Número	NIF / NIPC	Designação da Entidade	Pontuação Global	Elegibilidade
53	506816184	Município de Almodôvar	4,11	Elegível
107	501112049	Município de Serpa	3,96	Elegível
198	503279765	Camara Municipal de Mértola	3,89	Elegível
5	506876330	Município de Ourique	3,88	Elegível
22	502174153	Câmara Municipal de Moura	3,76	Elegível
146	501135960	Município de Castro Verde	3,75	Elegível
21	501122486	Município de Aljustrel	3,53	Elegível
54	501143734	Município de Vidigueira	3,53	Elegível
67	500832935	Município de Cuba	3,53	Elegível
172	501288120	Município de Alvito	3,53	Elegível
26	501227490	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	3,25	Elegível
196	504884620	Câmara Municipal de Beja	3,00	Elegível





Tendo em conta as tabelas 2 e 3, verifica-se que das 12 candidaturas submetidas todas cumpriam os critérios de elegibilidade, segundo os critérios de avaliação, todas elas são consideradas elegíveis para a atribuição do financiamento.

4.3. Candidaturas aprovadas para financiamento

Como consta do ponto 2.5 do Regulamento, a dotação máxima afeta ao presente regulamento é de 955 647,85 € (novecentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), a transferir para a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

Para assegurar os custos relativos aos recursos humanos e logística associados aos trabalhos inerentes à análise, avaliação de candidaturas e gestão dos projetos, a cada CIM/AM foi atribuído o montante de € 10.000,00 (dez mil euros), o qual abate ao valor disponível para candidaturas, calculado para cada CIM/AM.

A taxa máxima de apoio é de até 100%, incidindo sobre o total das despesas elegíveis, com financiamento limitado a 200.000,00 Euros por projeto.

Tendo em conta o referido anteriormente, apresenta-se na Tabela 4, a lista das candidaturas aprovadas para financiamento e o respetivo valor a financiar, na Tabela 5 a lista das candidaturas que apresentam montantes não elegíveis e na Tabela 6 a Lista das Candidaturas que ultrapassam a dotação do aviso.

Tabela 4 - Listagem das candidaturas aprovadas para financiamento e o respetivo valor a financiar

Nº Candidatura	NIF	Designação do beneficiário	PG	Estado	Montante a financiar
5	506876330	Município de Ourique	3,88	Elegivel	85 861,04 €
21	501122486	Município de Aljustrel	3,53	Elegivel	65 363,05 €
22	502174153	Câmara Municipal de Moura	3,76	Elegivel	130 828,51 €
26	501227490	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	3,25	Elegivel	86 785,17 €
53	506816184	Município de Almodôvar	4,11	Elegivel	101 613,08 €
54	501143734	Município de Vidigueira	3,53	Elegivel	43 991,16 €
67	500832935	Município de Cuba	3,53	Elegivel	25 803,56 €
107	501112049	Município de Serpa	3,96	Elegivel	149 292,77 €
146	501135960	Município de Castro Verde	3,75	Elegivel	76 580,74 €
172	501288120	Município de Alvito	3,53	Elegivel	34 897,35 €
196	504884620	Câmara Municipal de Beja	3,00	Elegivel	15 507,84 €
198	503279765	Camara Municipal de Mértola	3,89	Elegivel	129 123,56 €
				Total	945 647,85 €

Tabela 5 - Listagem das candidaturas que apresentam montantes não elegíveis

Nº Candidatura	Designação do beneficiário	PG	Estado	Montante Não Elegível
53	Município de Almodôvar	4,11	Elegivel	
107	Município de Serpa	3,96	Elegivel	12 800,00 €
198	Camara Municipal de Mértola	3,89	Elegivel	
5	Município de Ourique	3,88	Elegivel	
22	Câmara Municipal de Moura	3,76	Elegivel	
146	Município de Castro Verde	3,75	Elegivel	
21	Município de Aljustrel	3,53	Elegivel	
54	Município de Vidigueira	3,53	Elegivel	20 910,00 €
67	Município de Cuba	3,53	Elegivel	14 760,00 €
172	Município de Alvito	3,53	Elegivel	17 220,00 €
26	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	3,25	Elegivel	49 200,00 €
196	Câmara Municipal de Beja	3,00	Elegivel	132 963,00 €
·		•	Total	247 853,00 €





Tabela 6 - Listagem das candidaturas que apresentam montantes elegíveis sem financiamento

№ Candidatura	NIF	Designação do beneficiário	PG	Estado	Montante Elegível sem financiamento
5	506876330	Município de Ourique	3,88	Elegivel	80 679,73 €
21	501122486	Município de Aljustrel	3,53	Elegivel	15 983,00 €
22	502174153	Câmara Municipal de Moura	3,76	Elegivel	9 513,26 €
26	501227490	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	3,25	Elegivel	544,83 €
53	506816184	Município de Almodôvar	4,11	Elegivel	32 226,92 €
54	501143734	Município de Vidigueira	3,53	Elegivel	16 278,84 €
67	500832935	Município de Cuba	3,53	Elegivel	8 381,44 €
107	501112049	Município de Serpa	3,96	Elegivel	21 282,19 €
146	501135960	Município de Castro Verde	3,75	Elegivel	16 025,96 €
172	501288120	Município de Alvito	3,53	Elegivel	4 462,65 €
				Total	205 378,80 €

Estes foram os montantes apurados como elegíveis, mas que ultrapassam a dotação afeta a esta CIM. Poderão ser eventualmente transferidos para montantes elegíveis em caso de não elegibilidade ou de não compromisso nas restantes operações na fase de execução das mesmas.

5. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Tendo sido divulgado o Relatório Preliminar de Avaliação com a lista das candidaturas admitidas e elegíveis para financiamento, o mesmo foi submetido a audiência dos interessados, nos termos do artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

A audiência prévia decorreu por dez dias úteis, com início a 25-09-2021, tendo sido recebidas 12 (doze) pronúncias através de email. As pronúncias foram apresentadas, entre os dias 25 e 29 de novembro, pelo que se considerou a audiência dos interessados terminada, tendo-se verificado que nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, os Municípios responderam e concordaram com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos, conforme Tabela 7. Apenas a Câmara Municipal de Beja, embora tenha aceitado o financiamento proposto, considerou que deveria ser alvo de reapreciação a proposta efetuada para aquisição de um veículo a diesel.





Tabela 7 – Audiência Prévia – Lista de Municípios que apresentaram pronúncia

N⁰ Cand.	NIF	Designação do beneficiário	Data de Resposta	Observações	Estado
5	506876330	Município de Ourique	2022-11-25	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	⊟egivel
21	501122486	Município de Aljustrel	2022-11-28	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	⊟egivel
22	502174153	Câmara Municipal de Moura	2022-11-29	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	⊟egivel
26	501227490	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	2022-11-28	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	⊟egivel
53	506816184	Município de Almodôvar	2022-11-28	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	Begivel
54	501143734	Município de Vidigueira	2022-11-28	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	Begivel
67	500832935	Município de Cuba	2022-11-29	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	B egivel
107	501112049	Município de Serpa	2022-11-29	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	⊟egivel
146	501135960	Município de Castro Verde	2022-11-29	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	Begivel
172	501288120	Município de Alvito	2022-11-25	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	Begivel
196	504884620	Câmara Municipal de Beja	2022-11-29	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e aceita o financiamento proposto, no entanto, considera que deveria ser alvo de reapreciação a proposta efetuada para aquisição de um veículo a diesel para recolha de resíduos biodegradáveis porta a porta para o Centro Histórico de Beja (onde já está implementada com bastante sucesso a recolha de resíduos indiferenciados e resíduos recicláveis porta a porta) considerando-se que esta escolha prendeu-se com facto de não existirem no mercado soluções elétricas compatíveis com este objetivo, os prazos de entrega não são compatíveis com o prazo de concretização da candidatura e por outro lado a experiência do município de Beja com viaturas elétricas em serviços operacionais tem demonstrado que estas viaturas não apresentam ainda condições operacionais satisfatórios ao nível da eficiência para o necessidade do serviço que se pretende realizar.	⊟egivel
198	503279765	Camara Municipal de Mértola	2022-11-25	Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, o Município respondeu e concordou com a Aceitação da Avaliação da candidatura - Fase Relatório Preliminar - no âmbito do Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos.	Begivel





6. Considerações Finais

Como resultado da avaliação, constata-se que as 12 candidaturas admitidas são consideradas elegíveis para atribuição de financiamento, pelo facto de o valor Global de Pontuação ser igual ou superior a 3, conforme estabelecido no ponto 12.9 do Regulamento do Programa.

Das 12 candidaturas elegíveis ainda podemos destacar 10 candidaturas (Tabela 6), que apresentam montantes apurados como elegíveis, mas que não serão financiados por ter sido esgotada a dotação afeta a esta CIM. Poderão ser eventualmente transferidos para montantes elegíveis em caso de não elegibilidade ou de não compromisso nas restantes operações, na fase de execução das mesmas.

Existem ainda 6 candidaturas (Tabela 5), que na fase de avaliação apresentam valores não elegíveis, que se referem às tipologias de despesa que a seguir descrevemos e que de acordo com as orientações e Programa apresentado pelo Fundo Ambiental foram consideradas não elegíveis:

- Despesas com viaturas a gasóleo;
- Aquisição de viaturas elétricas no âmbito da tipologia d);
- Estudos "prévios" a projetos.

Nos termos do disposto no artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, foi realizada audiência prévia de interessados durante a qual foram apresentadas 12 (doze) pronúncias (Tabela 7), que foi alvo de análise pela Comissão de Avaliação, da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), conforme Tabela 8.

Assim, após audiência de interessados, e dado que não houve alterações de posição na lista de candidatura aprovadas para financiamento e valor a financiar, serão financiadas pelo Fundo Ambiental/CIMBAL, 12 (doze) candidaturas, prevendo-se um financiamento no valor total de 955 647,85 € (novecentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), conforme Tabela 8.





Tabela 8 – Lista de candidaturas aprovadas para financiamento

№ Cand.	NIF	Designação do beneficiário	Análise Audiência Prévia	PG	Estado	Montante a financiar
53	506816184	Município de Almodôvar	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	4,11	⊟egivel	101 613,08 €
107	501112049	Município de Serpa	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,96	Elegivel	149 292,77 €
198	503279765	Camara Municipal de Mértola	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,89	Elegivel	129 123,56 €
5	506876330	Município de Ourique	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,88	E legivel	85 861,04 €
22	502174153	Câmara Municipal de Moura	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,76	⊟egivel	130 828,51 €
146	501135960	Município de Castro Verde	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,75	⊟egivel	76 580,74 €
21	501122486	Município de Aljustrel	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,53	⊟egivel	65 363,05 €
54	501143734	Município de Vidigueira	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,53	⊟egivel	43 991,16 €
67	500832935	Município de Cuba	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,53	Elegivel	25 803,56 €
172	501288120	Município de Alvito	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,53	⊟egivel	34 897,35 €
26	501227490	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e não tendo havido qualquer alegação contrária, propõe-se a manutenção da proposta de decisão.	3,25	⊟egivel	86 785,17 €
196	504884620	Câmara Municipal de Beja	Decorrido o prazo para a apresentação de contraditório à proposta de decisão, e face ao exposto pelo Município, considera a Comissão de Avaliação da CIMBAL que as alegações e argumentos apresentados não podem ser considerados, atendendo à posição do Fundo Ambiental sobre a elegibilidade deste tipo de despesa, pelo que se considera indeferida a pretensão apresentada.	3,00	⊟egivel	15 507,84 €
					Total	945 647,85 €

O presente Relatório de Avaliação Final, fica disponível no sítio do Fundo Ambiental, em www.fundoambiental.pt





Anexo I

Modelo de avaliação das candidaturas

"RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos"

A avaliação das candidaturas é efetuada de acordo com os seguintes critérios:

- a) Convergência com os objetivos do programa
- b) Inovação e criatividade
- c) Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico).
- d) Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta.

A ponderação dos critérios é a seguinte:

- a) Convergência com os objetivos do programa: 40%
- b) Inovação e criatividade: 15%
- c) Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico): 20%
- d) Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta: 25%

A pontuação global de cada candidatura é obtida pela seguinte fórmula:

Pontuação Global (PG) = 0,4 A + 0,15 B + 0,20 C+ 0,25 D

Em que: A – Convergência com os objetivos do programa; B – Inovação e criatividade; C – Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico); D – Conceção, justificação e qualidade técnica da proposta. O resultado do PG é arredondado às centésimas.

Apenas são elegíveis para a atribuição do financiamento as candidaturas cujo valor da Pontuação Global (PG), excluindo a majoração, seja igual ou superior a 3.

A – Convergência com os objetivos do programa

. Joniva gene	cia com os objetivos do programa
A1. Converg	gência com as Tipologias do programa
Pontuação	Descrição
0	O projeto não converge para nenhuma das tipologias do programa
2	O projeto converge para uma das tipologias do programa
3	O projeto converge para duas tipologias do programa
4	O projeto converge para três tipologias do programa
5	O projeto converge para as quatro tipologias do programa
A2. Impacto	esperado no reforço do capital natural
Pontuação	Descrição
0	O projeto não é demonstrativo sobre o seu impacto no reforço do capital natural
2	O projeto demonstra ter um impacto moderado no reforço do capital natural, mas sem forma de ser objetivamente quantificável
3	O projeto demonstra ter um impacto moderado no reforço do capital natural e passível de quantificação
4	O projeto demonstra ter um impacto elevado no reforço do capital natural, mas sem forma de ser objetivamente quantificável
5	O projeto demonstra ter um impacto elevado no reforço do capital natural e passível de quantificação (nomeadamente ao nível da redução de fatores de pressão e riscos existentes, da recuperação estrutural de sistemas naturais e da valorização do território)
A3. Contribu	uição para a demonstração e o aumento da informação empírica disponível
Pontuação	Descrição
0	O projeto não apresenta qualquer contributo nesta vertente
2	A implementação do projeto tem um contributo diminuto nesta vertente
3	A implementação do projeto tem um contributo moderado nesta vertente
4	A implementação do projeto tem um contributo elevado no aumento da informação empírica disponível





5 A implementação do projeto tem um contributo elevado na demonstração e no aumento da informação empírica disponível

Pontuação Parcial (A) = 0,5 A1 + 0,3 A2 + 0,2 A3

Em que: A1 – Convergência com os objetivos específicos do programa; A2 – Impacto esperado no reforço do capital natural; A3 – Contribuição para a demonstração e o aumento da informação empírica disponível;

B - Inovação e Criatividade

B1. Criativio	lade/soluções e abordagens
Pontuação	Descrição
0	O parâmetro em análise não é abordado/ não pode ser avaliado por informação incompleta
2	O projeto apresenta uma abordagem corrente, sem qualquer novidade
3	O projeto apresenta uma abordagem já conhecida, mas introduz alguma novidade
4	O projeto proposto apresenta uma abordagem que nunca foi testada
5	O projeto proposto apresenta uma abordagem nova
B2. Inovaçã	o/grau de exequibilidade
	o/grau de exequibilidade Descrição
Pontuação	
Pontuação 0	Descrição
Pontuação 0 2	Descrição Evidencia probabilidade de execução nula
B2. Inovação Pontuação 0 2 3	Descrição Evidencia probabilidade de execução nula Evidencia reduzida probabilidade de execução

C - Plano de implementação do projeto (plano temporal e económico)

C1. Plano te	mporal
Pontuação	Descrição
0	Inexistente planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto
2	Débil planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto
3	Mediana planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto
4	Boa planificação das ações/atividades a desenvolver face aos objetivos a atingir ao longo do projeto
5	Muito boa/adequada planificação das ações/atividades a desenvolver, face aos objetivos a atingir ao longo do
	projeto
C2. Plano ed	conómico - razoabilidade e coerência do orçamento face às atividades e objetivos propostos
	1
Pontuação	conómico - razoabilidade e coerência do orçamento face às atividades e objetivos propostos
Pontuação 0	conómico - razoabilidade e coerência do orçamento face às atividades e objetivos propostos Descrição Plano económico inexistente
Pontuação 0 2	conómico - razoabilidade e coerência do orçamento face às atividades e objetivos propostos Descrição Plano económico inexistente Plano económico claramente incoerente e incompleto e recursos atribuídos manifestamente insuficientes, face às
C2. Plano ec Pontuação 0 2 3	Descrição Plano económico claramente incoerente e incompleto e recursos atribuídos manifestamente insuficientes, face às atividades e objetivos a atingir

Em que: C1 – Plano temporal; C2 – Plano económico - razoabilidade e coerência do orçamento face às atividades e objetivos propostos;



Replicabilidade; D5 - Interdisciplinaridade



D1. Justifica	ção da proposta
Pontuação	Descrição
0	Proposta de difícil perceção, mal estruturada e justificada, sem qualidade e eficácia do plano de trabalhos
2	Proposta confusa, com estrutura e justificação débeis, e que revela fraca qualidade e eficácia do plano de trabalhos
3	Proposta algo confusa, com estrutura e justificação com lacunas, e que revela alguma qualidade e eficácia do plan de trabalhos
4	Proposta clara, bem estruturada e justificada e reveladora de qualidade e eficácia do plano de trabalhos
5	Proposta muito clara, muito bem estruturada e justificada e reveladora de elevada qualidade e eficácia do plano de trabalhos
D2. Qualidad	de técnica da proposta
Pontuação	Descrição
0	Sem qualidade técnica
2	Muito pouca qualidade técnica
3	Alguma qualidade técnica
4	Boa qualidade técnica
5	Excelente qualidade técnica
D3. Adequa	ção aos objetivos/resultados
Pontuação	Descrição
0	Sem soluções adequadas aos objetivos/resultados
2	Muito poucas soluções adequadas aos objetivos/resultados
3	Algumas soluções adequadas aos objetivos/resultados
4	Soluções adequadas aos objetivos/resultados
5	Soluções claramente adequadas aos objetivos/resultados
D4. Replicat	oilidade
Pontuação	Descrição
0	Sem viabilidade de aplicação noutros territórios com valores naturais presentes
2	Muito pouca viabilidade de aplicação noutros territórios com valores naturais presentes
3	Alguma viabilidade de aplicação noutros territórios com valores naturais presentes
4	Bastante viabilidade de aplicação noutros territórios com valores naturais presentes
5	Total viabilidade da sua aplicação noutros territórios com valores naturais presentes
D5. Interdisc	ciplinaridade
Pontuação	Descrição
0	Sem abordagens interdisciplinares
2	Muito poucas abordagens interdisciplinares
3	Algumas abordagens interdisciplinares
4	Bastantes abordagens interdisciplinares
5	Abordagens totalmente interdisciplinares